



Relatório da 9.ª reunião do Grupo de Trabalho sobre o Futuro do Acordo Internacional do Café realizada em 15 de dezembro de 2020

Item 1:	Adoção da ordem do dia	2
Item 2:	Relatório da 8.ª reunião do Grupo de Trabalho realizada em 2 de setembro de 2020 (WGFA-44/20)	2
Item 3:	Comunicação recebida do Governo do Brasil (WGFA-46/20)..	2
Item 4:	Resultados da sondagem sobre o Acordo Internacional do Café	3
Item 5:	Próximas etapas	9
Item 6:	Outros assuntos	10
Item 7:	Data da próxima reunião	10

1. O Grupo de Trabalho sobre o Futuro do Acordo Internacional do Café (GTFA) reuniu-se pela 9.ª vez em 15 de dezembro de 2020. A Presidente, Sr.ª Stefanie Küng, da Suíça, deu as boas-vindas a todos os participantes e agradeceu aos delegados seu esforço e cooperação, trabalhando virtualmente.

2. Representantes dos seguintes Membros estavam presentes on-line, usando o software do Zoom: Brasil, Colômbia, Cuba, El Salvador, Federação Russa, Honduras, Indonésia, Japão, México, Nicarágua, Papua-Nova Guiné, Peru, Quênia, Ruanda, Suíça, Togo e União Europeia (Alemanha, França e Irlanda).

Item 1: Adoção da ordem do dia

3. A ordem do dia que figura no documento [WGFA-45/20 Rev. 1](#) foi adotada.

Item 2: Relatório da 8.ª reunião do Grupo de Trabalho, realizada em 2 de setembro de 2020

4. A Presidente fez um resumo do trabalho do GTFA até o momento, na forma, em particular, do relatório da última reunião, que figura no documento [WGFA-44/20](#).

5. O Grupo de Trabalho tomou nota do relatório.

Item 3: Comunicação recebida do Governo do Brasil

6. A Presidente notou que a comunicação que figura no documento [WGFA-46/20](#) fora distribuída aos Membros por solicitação do Governo do Brasil, em preparação para a reunião. Havia-se solicitado aos Membros que apreciassem a comunicação do Brasil. Ela convidou o delegado do Brasil a comentar.

7. O delegado do Brasil enfatizou a importância de integrar o setor privado e a sociedade civil (terceiro setor) na Organização Internacional do Café. Com respeito à Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC), ele afirmou que dois anos são um período demasiado curto para que a FTPPC alcance seus objetivos.

8. O delegado da UE, embora concordando em que o setor privado era importante para a renovação da Organização, afirmou que cautela e salvaguardas também eram necessárias para proteger a credibilidade da OIC e garantir que as ações da OIC não atendessem apenas a interesses do setor privado.

9. O delegado do Peru propôs que o sistema de integração do setor incluísse o pagamento de taxas e a exclusão de atores privados do direito de votar, a fim de manter a natureza intergovernamental da OIC.

Item 4: Resultados da sondagem sobre o Acordo Internacional do Café

10. A Presidente passou ao item 4 "[Resultados da sondagem sobre o Acordo Internacional do Café](#)" (ver Anexo). A discussão se basearia na apresentação preparada pela Secretaria. Ela convidou o Diretor-Executivo a apresentar os resultados.

11. O Diretor-Executivo notou que, embora ideada com vistas principalmente à redução de opções para o novo Acordo Internacional do Café na área da governança da Organização, a sondagem também permitia que os Membros manifestassem o que pensavam sobre questões fundamentais atinentes ao propósito e missão da OIC. A sondagem on-line fora enviada aos Membros por e-mail em três datas, 17, 24 e 30 de novembro de 2020, nos quatro idiomas oficiais.

12. O Diretor-Executivo recordou aos Membros que, na 8.^a reunião do GTFA, realizada em 2 de setembro, a Secretaria apresentara o documento para discussão [WGFA-43/20: Proposta para a reforma do Acordo Internacional do Café](#). Nesse documento, a OIC analisava as estruturas institucionais e processos decisórios da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas (OMT/UNWTO), as duas únicas organizações intergovernamentais em que o setor privado e outros importantes interessados estavam integrados formalmente como Membros. A OIC já procedera a uma avaliação das modalidades e modelos de outros organismos internacionais de produtos básicos, com vistas a racionalizar e ampliar a eficiência da atual configuração institucional e decisória da OIC, formada pelo Conselho Internacional do Café e seus órgãos assessores, as funções, a presidência e os Membros componentes, além dos sistemas de votação e orçamentário. O Diretor-Executivo observou que a recente sondagem sobre o Acordo complementava essa análise anterior, ressaltando as maneiras como o setor privado vinha sendo integrado nas organizações intergovernamentais.

13. O Diretor-Executivo explicou que a sondagem se dividia em três aspectos do Acordo Internacional do Café: (A) Estrutura de governança; (B) Votos e contribuições; e (C) Participação do setor privado. O Diretor-Executivo apresentou uma visão geral da sondagem, pondo em relevo os resultados abaixo.

(A) Estrutura de governança

- O Conselho deveria reunir-se duas vezes por ano (76%)
- A fusão dos Comitês (62%)
- Duração do mandato do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de um ou dois anos (>50%)
- Frequência da Conferência Mundial do Café (48%)

(B) Votos e contribuições

- Manter a distinção entre Membros exportadores e importadores (84%)
- Manter o sistema de votos e contribuições (84%)
- Usar (também) um componente de VALOR no cálculo de votos e contribuições (79%)

(C) Participação do setor privado

- Contemplar melhor integração do setor privado (81%)
- O AIC deveria incluir associações de comércio e corporações específicas (71%)
- As candidaturas para participação como Membros do setor privado deveriam ser aprovadas pelos Membros / pelo Conselho (64%)
- Criação de uma nova categoria de participação "Setorial" ou "Afiliada" (>50%)

14. A Presidente convidou os participantes a fazerem comentários sobre os resultados de cada seção da sondagem, Seção (A), (B) e (C). Ela observou que nem todos os Membros haviam respondido ao questionário, e que o GTFA não deveria considerar que os resultados eram vinculativos. Os resultados, porém, eram um guia útil para compreender as opiniões prevaletentes dos Membros e deveriam ser mantidos em mente.

15. O delegado da União Europeia observou que algumas perguntas da sondagem permaneciam em aberto e que teria sido útil se informações formais houvessem sido fornecidas sobre as consequências de cada escolha. Ele destacou a importância de deixar claro e racionalizar o trabalho da OIC.

(A) Governança – Frequência das reuniões

16. O delegado do Brasil apoiava a opção de realizar reuniões do Conselho Internacional do Café (CIC) duas vezes por ano. Ele enfatizou que o Conselho representava uma grande oportunidade para participantes do setor privado. Ele também notou que, no futuro pós-covid, algumas reuniões poderiam continuar a realizar-se on-line, pois essa modalidade funcionara bem em 2020. Notou, ainda, que a OIC ganharia uma dinâmica diferente com a integração do setor privado.

17. O delegado da União Europeia recordou aos Membros as limitações financeiras da OIC. Dois eventos do CIC com participação presencial podiam ser preferíveis, mas poderia ser melhor continuar a realizar uma sessão on-line do CIC por ano. Ele notou a importância de racionalizar o trabalho da Organização.

18. O delegado da Colômbia sugeriu que a OIC desse aos Membros a opção de realizar uma reunião do Conselho on-line e uma com participação presencial, mas isso não precisava ser especificado no texto do novo Acordo.

19. As delegadas do Japão e da Nicarágua também apoiavam a proposta de realizar duas reuniões do CIC por ano.

(A) Governança – Mandato do Presidente e do Vice-Presidente

20. O delegado do Brasil afirmou que, para alcançar eficiência e reter conhecimentos, um mandato de dois anos seria melhor, e acrescentou que o Presidente deveria possuir visão política e influência sobre a agenda. Frisou também que a força propulsora da OIC deveria ser de natureza política, não burocrática.

21. O delegado de Honduras enfatizou que o Presidente que fosse indicado por seu país já deveria ter a capacidade necessária para se haver com suas responsabilidades, não precisando, portanto, de um "período de aprendizagem".

22. Os delegados do Brasil, Colômbia, Nicarágua, Japão, Papua-Nova Guiné e União Europeia externaram seu apoio por um mandato de um ano, a fim de incentivar a rotatividade e a participação. O delegado de Papua-Nova Guiné sugeriu estabelecer "um máximo de dois anos", possibilitando ao Presidente desempenhar um mandato de dois anos, se mutuamente desejável. A delegada da Nicarágua frisou que o Presidente deveria liderar a Organização com uma visão coletiva e seguir a agenda política do Conselho.

23. O delegado da Colômbia sugeriu que o papel do Vice-Presidente fosse mais ativo e melhor definido.

24. A Presidente notou que alguns Organismos Internacionais de Produtos Básicos seguiam a prática de promover automaticamente o Vice-Presidente à Presidência no ano seguinte, e que isso poderia ser considerado pela OIC. Para o delegado da União Europeia, essa transmissão do cargo do Presidente ao Vice-Presidente depois de um ano poderia ser um bom compromisso.

(A) Governança – Fusão de Comitês

25. O delegado da União Europeia afirmou que, por uma questão de eficiência, seria melhor que o número de Comitês fosse reduzido. A delegada do Japão disse concordar com a fusão dos Comitês.

26. A delegada da Nicarágua disse concordar em que, embora a racionalização fosse importante, era preciso cuidar de preservar a participação interativa dos Membros.

27. Com respeito a Comitês, o delegado da Colômbia julgava que seria melhor que houvesse menos Comitês, os quais, no entanto, deveriam representar a diversidade dos Membros da OIC.

(A) Governança – Frequência da Conferência Mundial do Café

28. Com respeito à frequência da Conferência Mundial do Café, a delegada do Japão afirmou que deveria manter-se a redação atual, para que a Conferência pudesse ser organizada de modo flexível.

(B) Votos e contribuições

29. O delegado da Colômbia externou preocupação com o uso do componente "valor" no cálculo de votos e contribuições. Ele afirmou que a Colômbia não apoiaria um sistema que penalizasse os produtores de café de alta qualidade com altos custos de produção e pequenas margens.

30. O delegado da União Europeia julgava muito importante examinar cenários concretos ao discutir tópicos importantes, como contribuições e votos. Para tomar decisões esclarecidas, os Membros precisavam estar cientes das consequências da adoção de cada critério.

31. A delegada do Japão frisou que havia uma contradição entre as respostas dos Membros: embora 84% dos Membros votassem por não mudar o atual método de cálculo de votos e contribuições (com base no volume das importações e exportações), 79% queriam incluir o valor das importações e exportações nesse cálculo.

32. Em resposta a esses pontos, a Presidente solicitou à Secretaria que produzisse cenários demonstrando as consequências da mudança do atual método de cálculo de votos e contribuições.

33. O Diretor-Executivo disse que se solicitaria à equipe de Estatística da OIC o preparo de uma nota técnica e de cenários que incluíssem valor como critério: esse não era um problema técnico insolúvel. Com o tempo, a existência de mais de um critério, além disso, ajudaria a estabilizar as parcelas das contribuições. Ele também observou que a Secretaria não tinha predileções quanto a providências relativas a contribuições: a questão era a conveniência para os Membros.

34. O delegado do Brasil endossou a posição da Colômbia e acrescentou que o cálculo de votos e contribuições deveria ser simplificado o máximo possível, e que os diferentes cenários deveriam levar em conta esse aspecto. A delegada do Japão apoiava a manutenção do atual método de cálculo, pois o volume das exportações e importações era o critério mais conciso para o cálculo.

(C) Integração do Setor Privado

35. O delegado do Brasil enfatizou a importância de a OIC manter seu caráter de Organização intergovernamental e preservar sua governança. No entanto, como ele também frisou, as associações de cafeicultores eram um componente importante do setor privado e deveriam ser integradas na Organização. Ele considerava que associações de comércio e corporações específicas também deveriam ser incluídas. Ele notou que o principal papel do setor privado consistiria em contribuir para os debates e formular propostas, e não em financiar as atividades da OIC. Além disso, as contribuições deveriam ser aprovadas pelo Conselho, com o propósito de não priorizar um país ou região.

36. O delegado da Colômbia afirmou que a tomada de decisões e o controle da agenda deveriam permanecer em mãos dos governos e do Conselho.

37. O delegado da União Europeia incentivou a Secretaria a preparar cenários que deixassem claro como a integração do setor privado poderia funcionar.

38. O delegado de Papua-Nova Guiné afirmou que era necessário engajar-se em um diálogo com participantes do setor privado e determinar se e como eles desejavam se envolver com a Organização. A delegada da Nicarágua apoiava esta posição.

39. O Diretor-Executivo afirmou que os Membros precisavam reduzir as opções para a integração do setor privado antes de passar adiante.

40. O delegado do México frisou que urgia decidir como integrar o setor privado.

41. O delegado da Federação Russa concordou em que o setor privado deveria ser incluído, mas sublinhou que cabia aos Membros a responsabilidade de financiar todas as atividades centrais. Além disso, o setor privado deveria gozar de um status à parte, como órgão capacitado a fazer recomendações ao Conselho.

42. A delegada da Indonésia afirmou que seria bom que a Secretaria elaborasse um exercício de mapeamento dos benefícios que a adesão à OIC traria ao setor privado. Ele enfatizou a importância de engajar os cafeicultores em tais órgãos. Ela sugeriu que as contribuições do setor privado não fossem compulsórias, mas sim integradas através de um sistema de contribuições diretas às atividades da Organização.

43. A delegada do Japão solicitou que, antes de considerar a criação de uma nova categoria de Membros, fossem definidos os pormenores das atividades a serem desempenhadas por atores do setor privado, assim como do papel do setor e dos benefícios para ele e para a OIC. Ela solicitou, igualmente, que a Secretaria distribuísse aos Membros todas as respostas às perguntas em aberto contidas na sondagem.

44. O delegado da Colômbia propôs a criação de um pequeno subgrupo para, trabalhando com a Secretaria, consultar o setor privado através de uma sondagem distribuída à indústria, a associações de produtores e à sociedade civil.

45. A Presidente endossou a proposta da Colômbia e manifestou sua disponibilidade em apoiar a Secretaria no estabelecimento desse subgrupo.

46. O delegado do Brasil enfatizou que, antes de contatar o setor privado, as modalidades de sua integração no trabalho da Organização deveriam ser definidas pelos Membros. Além disso, ele sugeriu convidar à próxima reunião do GTFA o Presidente da Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP), Sr. Anil Bhandari (Indian Coffee Trust), para fornecer suas visões das ideias do setor privado sobre como e por que seus membros estariam dispostos a participar. Ele também solicitou que a Secretaria investigasse como, em termos de contribuições e regulamentos, o setor privado se integrava em organizações internacionais como a Organização Marítima Internacional e a Comissão Baleeira Internacional.

47. O delegado de Papua-Nova Guiné convidou os participantes a refletirem sobre as razões por que a FTPPC estava correspondendo às expectativas dos Membros da OIC, enquanto a JCSP não estava. Ele sugeriu que essas razões podiam ser encontradas nos

diferentes enfoques dos dois órgãos: o setor privado tinha poderes e responsabilidades na FTTPC, mas na JCSP ele não tinha. Concluindo, o delegado disse que o setor privado estava disposto a desempenhar um papel significativo na Organização.

48. O Chefe de Operações reiterou que o Conselho deveria estabelecer salvaguardas (um firewall) para garantir que a integração do setor privado não ameaçasse a natureza intergovernamental da Organização. Ele acrescentou que a participação de associações de cafeicultores precisava ser mencionada explicitamente, porque elas eram importantes participantes da cadeia de valor do café.

49. A Presidente, concluindo, disse que começaria imediatamente a trabalhar com a Secretaria para definir o trabalho do subgrupo, com base na proposta da Colômbia e nas manifestações de interesse em participar externadas durante a reunião em curso. Na próxima reunião ela informaria o GTFA do progresso obtido.

Item 5: Próximas etapas

50. A Presidente resumiu as próximas etapas acordadas sobre a estrutura de governança, os votos e contribuições, e a participação do setor privado.

(A) Estrutura de governança

51. O Conselho continuaria a se reunir duas vezes por ano, com flexibilidade para realizar uma reunião on-line.

52. A Secretaria proporá Termos de Referência indicando diferentes opções para a fusão e racionalização dos Comitês.

53. Com respeito à duração do mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, a Presidente do GTFA notou que seria necessário discutir mais a fundo a sugestão de que o Vice-Presidente se envolvesse mais e/ou fosse automaticamente promovido à Presidência do Conselho depois de um ano.

54. Com respeito à frequência da Conferência Mundial do Café, a opção de manter a flexibilidade da redação atual era considerada ótima.

55. A Presidente pediu à Secretaria que tomasse nota das próximas etapas.

(B) Votos end contribuições

56. Embora os resultados da sondagem indicassem uma preferência majoritária pelo uso de "valor" como componente do cálculo de votos e contribuições, a Presidente solicitava à Secretaria que, na sequência das discussões mais extensas que tinha havido na reunião em curso, preparasse cenários para a próxima reunião. Ela porém notou que, na reunião em curso, muitos Membros haviam externado relutância em mudar o atual sistema de cálculo de votos e contribuições.

(C) Participação do setor privado

57. A Presidente convidou o Chefe de Operações a apresentar suas opiniões acerca do processo de integração do setor privado no AIC e na Organização.

58. O Chefe de Operações era contra a criação de outro grupo de trabalho e, com base em uma prática padronizada no sistema multilateral, ele sugeriu que, ao invés, se criasse um subgrupo que possibilitasse aos Membros interessados se engajar em consultas informais com o setor privado e apresentasse relatório ao GTFA.

59. Os delegados do Brasil, Colômbia, México, Papua-Nova Guiné, Peru e União Europeia manifestaram-se dispostos em fazer parte do subgrupo.

60. A Presidente afirmou que faria uma chamada à Secretaria e ao delegado da Colômbia para discutir como estabelecer o subgrupo. Outros Membros que tivessem interesse em participar deveriam contatar a Secretaria.

Item 6: Outros assuntos

61. Nenhum outro assunto foi suscitado no momento de lidar com este item.

Item 7: Data da próxima reunião

62. O Diretor-Executivo notou que a próxima reunião do GTFA seria realizada em 11 de fevereiro de 2021.